



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 03/10/2013 , faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0014165-52.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exceção de Incompetência - Competência**  
 Excipiente: **Transbri Única Transportes Ltda**  
 Requerido: **Rosina Cicarella**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

A ré ofereceu exceção de incompetência deste juízo em razão da cláusula 22ª do contrato de fls. 10/13 da ação principal, que prevê como foro competente para dirimir litígio o juízo de direito de Santa Rita do Passa Quatro. Pede a procedência desta exceção para a remessa destes autos àquele juízo.

O autor manifestou-se sobre a inicial do incidente dizendo que se aplica à espécie os incisos I e II, do art. 96, do CPC, pedindo a rejeição da exceção.

Houve réplica.

#### **É o relatório. Fundamento e decido.**

O contrato de fls. 8/9 da ação principal contém cláusula elegendo o foro da comarca de Santa Rita do Passa Quatro para dirimir litígios oriundos da parceria agrícola celebrada entre as partes.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

O pedido formulado na inicial da ação principal está limitado à cobrança do valor da renda segundo o ajuste contratual, obrigação essa de caráter estritamente pessoal. A competência relativa pode ser alterada pela vontade dos contratantes, entendimento pacífico no STJ. O foro de eleição prevalece sobre o foro contratual, matéria também consagrada pela jurisprudência do STJ. A cláusula contratual escrita por vontade das partes não se ressente de nenhum vício, daí sua validade e eficácia. Prevalece assim o foro de eleição contratual, o que tem respaldo no art. 111, do CPC, daí a competência do juízo de direito de Santa Rita do Passa Quatro para conhecer e dirimir a lide principal.

JULGO PROCEDENTE o incidente de exceção para proclamar a incompetência deste juízo para conhecer e julgar o feito principal e, em consequência, reconhecer a competência do juízo de direito de Santa Rita do Passa Quatro para aquele fim. Não incidem honorários advocatícios e custas neste incidente. Aguarde-se por 15 dias eventual comunicação do autor sobre interposição de AI desta decisão. Caso ultrapasse esse prazo sem essa informação, remetam-se os autos ao juízo competente, anotando-se.

P. R. I.

São Carlos, 14 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**